

Controle Bibliográfico Universal, Novo Desafio às Bibliotecas Universitárias

MARIA LUISA MONTEIRO DA CUNHA Diretora da Divisão de Biblioteca e Documentação da CODAC da Universidade de São Paulo.

As bibliotecas universitárias são suportes indispensáveis ao Controle Bibliográfico Universal. O presente trabalho, ao abordar este aspecto, apresenta também assuntos paralelos, como os multi-meios, a catalogação, a cooperação, a catalogação-na-fonte, os catálogos coletivos, a seleção e aquisição de equipamento, os sistemas nacionais e internacionais de informação, bem como o apoio por parte das autoridades e outros meios que as bibliotecas universitárias devem utilizar para atingir seus objetivos dentro do CBU.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1. Pelas suas funções de ensino e pesquisa em alto nível, as Universidades são os verdadeiros centros propulsores do progresso científico e tecnológico indispensável ao atendimento das necessidades de uma época cujo ritmo de desenvolvimento atingiu proporções inimagináveis, e dia a dia mais imprevisíveis. A biblioteca universitária tem, incontestavelmente, papel fundamental na transferência da informação científica. Assim sendo, e tendo em vista a situação vigente na maioria das universidades da América Latina, ou seja, sendo exceção a existência de uma única biblioteca geral a serviço de toda a comunidade universitária, não basta que numa universidade existam algumas bibliotecas bem organizadas e mantidas quanto aos recursos humanos e materiais. É imprescindível que todas as bibliotecas se aparelhem para responder pronta e efetivamente ao cha-

mado de uma assistência contínua e eficiente às atividades docentes e de pesquisa, não só da unidade a que estejam filiadas, como da entidade maior, o que só será possível mediante a criação de redes ou sistemas de bibliotecas universitárias aptas a uma perfeita integração no sistema nacional de informação bibliográfica.

1.2. Eis porque as resoluções n.ºs sete a dezesseis do Sistema UNISIST põem em evidência a importância das bibliotecas científicas, entre as quais se situam as universitárias, no que concerne ao Controle Bibliográfico Universal (CBU).

1.3 Em relação às bibliotecas universitárias brasileiras, as perspectivas são boas e animadoras.¹ Grandes universidades, como as de Brasília, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará, Pará, Estado do Rio e São Paulo possuem ou uma grande biblioteca central que serve a toda a Universidade; como ocorre em Brasília ou um sistema centralizado no qual as bibliotecas das várias unidades dependem administrativa e tecnicamente da central, ou, ainda, uma “descentralização coordenada”, cujo exemplo típico é a Universidade de São Paulo. A Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias, criada em 1973, por ocasião do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (Belém, Pará, 1973), iniciou o “diagnóstico” das bibliotecas universitárias do Brasil, mediante questionário minucioso, mas que ainda terá adições para que o trabalho seja realmente satisfatório. Levantamentos regionais têm sido levados a efeito com sucesso, como o que se processou em São Paulo em 1961², e serviu de base ao relatório de Herman Fussler,³ e em 1971, quando foi criado oficialmente o Grupo de Integração do Sistema de Bibliotecas da USP.

1.4 Não basta, entretanto, que os questionários sejam bem elaborados e preenchidos. É preciso selecionar e analisar os dados obtidos, a fim de que possam realmente servir de base a um planejamento eficiente. Urge, outrossim, que os levantamentos se processem dentro de determinados períodos, não só para atualização dos dados anteriores, como também para a inclusão de novos, decorrentes da mutação constante de situações e técnicas, o que, aliás, é índice de progresso e desenvolvimento.

1.5 Das redes de bibliotecas universitárias bem planejadas, estabelecidas e mantidas, muito pode esperar o Controle Bibliográfico Universal, eis que pelo número e variedade de material científico que encerram, estas bibliotecas complementam os acervos das nacionais em seus respectivos países. Sob este aspecto merecem especial menção os atuais

“meios não impressos” (non-book-materials) imprescindíveis em todos os trabalhos relativos ao ensino e à pesquisa.

2. MEIOS NÃO IMPRESSOS

2.1 Ao tratar dos novos meios de registro de informação e aprendizagem, Pfromm⁴ escreve e sublinha que **uma das mais significativas mudanças ocorridas na concepção de “biblioteca” em meados do século atual, é a integração, em seu acervo, de meios altamente eficazes de registro de informação, diferentes dos materiais impressos.**

2.2 A introdução dos meios não impressos (filmes cinematográficos, gravações em fita e cópias em video tape de programas de televisão, microformas, etc.) nas bibliotecas universitárias, decorre das exigências do ensino superior e da pesquisa científica. Por exemplo, para um curso de treinamento de estudantes do 4.º ano de Medicina sobre os distúrbios de equilíbrio espacial, sendo pré-requisitos Psicologia, Anatomia e Neurologia, os componentes didáticos foram: texto puro, texto modificado, microfichas, microfilmes, diapositivos, fonogravação, video tapes e filmes de 8 e 16 mm. O equipamento necessário foi constituído de leitoras de microfichas, microfilmes, projetores de diapositivos, fonogravadores, video tapes, projetores de filmes de 8 e 16 mm⁵

2.3 Algumas bibliotecas já utilizam a ultramicroficha ou UMF. Relata Pfromm⁶ que a UMF, lançada recentemente pela National Cash Register Company nos Estados Unidos, pode conter até 3.200 páginas, equivalentes a uma dezena de livros. O sistema da UMF abrange um aparelho de leitura e impressão que projeta sobre uma tela mais ou menos do tamanho de uma televisão portátil, uma imagem aumentada da página original.

2.4 Outro desenvolvimento tecnológico interessante, diz o mesmo autor, é o videotape aplicado à reprodução de páginas de livros e de revistas.

2.5 A importância dos “meios não impressos” e sua ampla utilização nas universidades e outras instituições de ensino e pesquisa, levam os bibliotecários a uma série de estudos que envolvem questões de organização (seleção e compra de equipamento reprográfico, condições de iluminação, umidade e ventilação adequadas etc.) e questões técnicas, eis que os códigos de catalogação existentes ainda não solucionaram satisfatoriamente os problemas atinentes à descrição bibliográfica deste material. Assim, os bibliotecários, mormente os universitários, precisam estar em dia com a ampla literatura sobre o assunto, e acompanhar os estudos em andamento, como o encetado na Grã-Bretanha pela **Library Association**

em colaboração com o **National Council of Educational Technology**. Na introdução das regras de catalogação para os “meios não impressos”,⁸ é salientada a importância do estabelecimento de um padrão único de princípios e práticas que assegurem uniformidade quanto ao tratamento desse material para sua representação em catálogos, listas e sistemas de armazenamento e recuperação de informações. Só esta unificação permitirá a imprescindível facilidade de permuta de informações e de materiais, tanto em base local, como nacional e internacional.

3. CATALOGAÇÃO (variações em tomo de um velho tema)

3.1 Além dos extraordinários recursos eletrônicos e audiovisuais que facilitam o fornecimento de informações, as bibliotecas universitárias vêm se utilizando do computador, não só para o armazenamento e recuperação de dados, como também para a automação dos processos técnicos e a publicação de listas de novas aquisições e de catálogos coletivos.

3.2 Esta multiplicidade de instrumentos de trabalho cria, entretanto, novas e complexas responsabilidades para os bibliotecários que têm de se manter atualizados mediante cursos de aperfeiçoamento freqüentes e de alto nível, a fim de não ficarem marginalizados nesta época de verdadeiro domínio eletrônico.

3.3 O computador aplicado aos serviços de bibliotecas também levou os bibliotecários ao estudo de regras especiais de catalogação para o tratamento dos registros dele resultantes.

3.4 Na Grã-Bretanha, Ray Wall, membro da Comissão criada pela **Library Association** conjuntamente com o **National Council of Educational Technology**, é o responsável pelo capítulo dedicado à catalogação dos registros para computadores, que, aliás, ainda não foi incorporado ao texto referente aos demais “meios não impressos”, dada a premência de tempo e pelo fato de estar a tarefa confiada a uma só pessoa.⁹

4. COOPERAÇÃO

4.1 Atualmente a palavra de ordem para os bibliotecários é a **cooperação**, sem a qual os processos técnicos, notadamente a catalogação, tomam-se de custo proibitivo, mesmo nas universidades dotadas de orçamentos generosos.

4.2 Se as bibliotecas universitárias da América Latina pudessem contar com um serviço semelhante ao Programa Nacional de Aquisições e Catalogação norte-americano, mediante o qual a Biblioteca do Congresso cataloga rapidamente todas as publicações de valor para a pesquisa, seriam

facilmente obtidas normalização e maior rapidez na catalogação e na classificação, o que, para o usuário, representaria possibilidade de mais rápido acesso ao material de seu interesse.

4.3 O estabelecimento de projetos similares ao MARC, diz McCarthy¹⁰, facultaria o uso das fitas como fonte de informação catalográfica, quer para a reprodução em fichas, quer para adaptação aos registros legíveis a máquina. O mesmo autor¹¹ narra a experiência bem sucedida no **Ohio College Library Center** quanto ao uso cooperativo das fitas catalográficas legíveis a máquina: “O Centro adquire as fitas MARC da Biblioteca do Congresso e as incorpora aos seus registros de catalogação legíveis à máquina. Mediante o uso de terminais as bibliotecas participantes deste sistema cooperativo podem obter as entradas catalográficas registradas nas fitas MARC por meio das quais fazem o pedido das fichas de seu interesse ou elaboram outras, de acordo com suas necessidades locais. Além disso o sistema permite que incluam títulos ainda não registrados nas fitas do MARC. Estas entradas podem ser utilizadas pelas demais bibliotecas participantes, exatamente como são usadas as fitas do MARC fornecidas pela central em Washington (Biblioteca do Congresso. MARC Development Office).

4.4 A Divisão de Fomento às Bibliotecas, órgão da União Panamericana, que tantas e tão valiosas contribuições tem dado ao desenvolvimento das bibliotecas na América Latina, ao incentivar e propiciar os estudos que visam à implantação do MARCAL (MARC para a América Latina), poderia aproveitar os resultados já obtidos no projeto CALCO brasileiro. No Anexo II da 2.a edição do CALCO¹² onde são analisados: (1) a correspondência entre campos do MARC II e CALCO; (2) MARC II, versus CALCO: relação dos campos incompatíveis; (3) relação das etiquetas compatíveis com o MARC II; (4) compatibilidade dos campos MARC II e CALCO, Alice Príncipe Barbosa diz o que se segue: “De acordo com a recomendação final do projeto MARCAL, de REPLICA, foram propostas modificações para alguns campos do CALCO, a fim de alcançarem inteira compatibilidade com os do MARC II. Aproveitando a oportunidade desta 2.a edição, e o fato de estar o programa em fase de elaboração, alguns desses campos — aqueles cujas diferenças se relacionavam com a numeração de etiquetas — já foram modificados. No Anexo II, item 4, estão relacionados os campos referentes às séries que ficaram compatíveis com o MARC, mas que só serão usados se o CALCO for transformado em MARCAL, pois tais mudanças afetarão o processamento até então em uso no SIC e na Biblioteca Nacional”.

4.5 Quando as bibliotecas universitárias latino-americanas dispuserem do MARC adaptado às suas necessidades, vários projetos cooperativos, inclusive o LILIBU (Listas de Livros para bibliotecas universitárias) poderão ser ampliados e novos empreendimentos que propiciem melhor e mais rápido atendimento aos usuários terão mais possibilidade de ser tentados.

5. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

5.1 Quanto à catalogação-na-fonte, a contribuição da biblioteca universitária será valiosa, eis que poderá encarregar-se da elaboração dos dados catalográficos não só das publicações editadas pela Universidade, como também de teses, trabalhos do corpo docente, documentos e publicações de caráter administrativo, etc. Cumpre ressaltar que estas publicações, de modo geral, não figuram nas bibliografias nacionais. Sem dúvida, este é um campo de atividades que também exige planejamentos criteriosos e perfeita cooperação entre as bibliotecas universitárias do Estado, região ou país, de acordo com a extensão do projeto.

5.2 Outrossim, todo o planejamento, no que concerne à catalogação-na-fonte, deve ser feito em estreita cooperação com os órgãos nacionais já empenhados em atividades similares (Câmara Brasileira do Livro, em São Paulo, Sindicato dos Editores, na Guanabara).

6. CATÁLOGOS COLETIVOS

6.1 A sede ideal para os catálogos coletivos de livros, de publicações periódicas, de “meios não impressos” etc. é a biblioteca central ou entidade equivalente de uma universidade.

6.2 A experiência brasileira, neste sentido, é de sucesso comprovado em vinte anos de existência do **Catálogo Coletivo Nacional**.

6.3 A organização e a publicação de catálogos coletivos regionais não enfraquecem nem prejudicam o catálogo nacional, que, ao contrário, se beneficia, liberando-se de pedidos que podem ser atendidos nos centros regionais.

7. SELEÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO

7.1 Embora pareça pueril a abordagem deste tópico num documento cujo objetivo é ressaltar a função da biblioteca na esfera do Controle Bibliográfico Universal, temos para nós que uma referência, mesmo sucinta, a esta questão, deve ser feita, uma vez que o equipamento é fator importante no desenvolvimento de atividades técnicas de qualquer natureza.

7.2 Ora, nenhum centro responsável pela coleta, armazenamento e divulgação de informações — função específica da biblioteca universitária — poderá cumprir seu programa de trabalho de modo eficiente, se não dispuser de equipamento e mobiliário adequados.

7.3 A seleção e a aquisição de equipamento, principalmente para os serviços de reprografia, são tarefas das mais difíceis, não só devido à proliferação do material em nossos dias, como também pela falta de experiência, por parte de alguns bibliotecários, em relação à **REPROGRAFIA**.

7.4 Às vezes, levado pelo entusiasmo ante um novo aparelho que à primeira vista só apresenta vantagens, o bibliotecário o adquire, não raro por preço elevado, para logo depois defrontar com uma série de frustrações, tais como: falta de assistência técnica por parte da firma fornecedora, em geral sediada em outro país; dificuldade de substituição de peças, além de outros problemas que poderiam ser evitados se houvesse em todos os países da América Latina recursos correspondentes aos que a ALA (American Library Association) oferece com a publicação do **Library Technology Reports**¹³, que fornece informações fidedignas quanto aos diversos tipos de material de consumo e equipamento para bibliotecas, lançados no mercado estadunidense. Outrossim, mantém uma secção de perguntas e respostas relativas à organização de sistemas e serviços de bibliotecas.

7.5 Poucos países da América Latina contam com firmas especializadas em mobiliário para bibliotecas, o que força o bibliotecário a encetar uma série de adaptações, nem sempre práticas e funcionais.

7.6 A Associação Paulista de Bibliotecários, em sua Circular Especial de 15 de abril de 1974, divulga, entre outras notícias, a do lançamento do “Grupo Biblioteca” de Móveis Teperman S.A., criado por Herman Miller Inc. e fabricado no Brasil. Esperamos que esta iniciativa e outras similares solucionem satisfatoriamente o problema das adaptações ineficientes e onerosas.

8. BIBLIOGRAFIA DE COLEÇÕES ESPECIAIS

8.1 No que respeita ao Controle Bibliográfico Universal Dietze¹⁴ sugere que a atividade bibliográfica da biblioteca universitária seja orientada principalmente no sentido de serem arroladas as coleções especiais existentes em seu acervo, o que possibilita uma cooperação regional, nacional e até internacional, em relação às bibliografias de assunto.

8.2 Outra iniciativa importante seria o controle bibliográfico de teses, catálogos, estatutos, regimentos, relatórios técnicos e administra-

tivos, comunicações, crônicas, palestras, discursos, conferências, bibliografias do corpo docente etc., que documentam a produção científica e literária de uma universidade e registram os principais aspectos de sua vida.

8.3 Sem esta bibliografia corrente e retrospectiva, não será possível escrever a história de uma universidade.

9. UNISIST, SNICT e outros sistemas com igual objetivo

9.1 A preocupação mundial quanto ao Controle Bibliográfico-Universal nos campos da ciência e da tecnologia é evidenciada em projetos de relevo como o UNISIST, de âmbito internacional, e nos sistemas nacionais semelhantes ao SNICT brasileiro.

9.2 Há, todavia, um campo imenso, de suma importância, mormente nos países em desenvolvimento, que não tem merecido tratamento condizente com o seu valor. Referimo-nos às Ciências Sociais.

9.3 Jean Meyriat, secretário geral da Comissão Internacional para a informação e documentação em ciências sociais, da FIAB, no documento apresentado em Grenoble em 1973, sugere a possibilidade de ser estendido a estas ciências o programa UNISIST.¹⁵ Diz Meyriat: “Foi estabelecido que, no início, o programa UNISIST abrangerá apenas as ciências fundamentais, as ciências aplicadas, as ciências do engenheiro e a tecnologia. É verdade que está prevista sua extensão, a seguir, a outros campos do conhecimento; estes, contudo, por razões de eficácia e para economizar esforços, serão provisoriamente postos de lado. Esta decisão inicial levanta dois tipos de questões. Em primeiro lugar, será realmente mais econômico cindir em dois o conjunto dos conhecimentos para despender o esforço sucessivamente sobre cada um dos dois grupos? Não correríamos o risco, no primeiro tempo, de negligenciar certas variáveis, peculiares aos conhecimentos do segundo grupo, que, no segundo tempo, exigiriam um verdadeiro trabalho de reinvenção e não apenas de adaptação o que equivaleria à duplicação de esforços? Em segundo lugar, e em oposição, se, admitindo uma hipótese diferente, tentássemos conceber um programa que abrangesse a totalidade dos conhecimentos decorrentes de um processo científico, seriam de fato de tal monta as dificuldades encontradas e as complicações originadas, de modo a serem suplantados pela elevação de custos os benefícios advindos dessa ampliação? Entre os conhecimentos deixados de lado no programa inicial, encontram-se os que decorrem das ciências sociais”.

9.4 Meyriat termina suas considerações referindo-se à assistência especial aos países em desenvolvimento.

9.5 Diz que, efetivamente, o programa UNISIST dá prioridade às necessidades peculiares desses países quanto à informação em ciência e tecnologia. Contudo, é justamente no que concerne às Ciências Sociais, que os países em desenvolvimento poderão ser não apenas consumidores, mas também fornecedores de informações do máximo interesse para o Controle Bibliográfico Universal.

9.6 Realmente, ao pensarmos no estabelecimento de redes nacionais e internacionais de sistemas de informação, temos de conjugar todos os esforços e recursos disponíveis no sentido de abranger os diversos campos do conhecimento, independentemente dos níveis de desenvolvimento dos vários Estados, Territórios e regiões.

9.7 No Brasil, foi recentemente criada, sob os auspícios da Fundação Ford, a Comissão Brasileira de Documentação em Ciências Sociais, cujo programa de atividades inclui levantamentos bibliográficos que abrangerão os “meios não impressos” e, conseqüentemente, constituirão contribuição de valor inestimável para o Controle Bibliográfico Universal.

10. APOIO POR PARTE DOS GOVERNOS, UNIVERSIDADES E OUTRAS ENTIDADES OFICIAIS OU DE CARÁTER PRIVADO

10.1 O assunto sucintamente abordado neste documento é sobejamente conhecido pelos bibliotecários e documentalistas de todos os países e já tem sido objeto de estudos e recomendações de vários congressos nacionais e internacionais.

10.2 Contudo, se o objetivo primordial de toda a atividade biblioteconômica e documental é atender o usuário, há um terceiro elemento que raramente é considerado no trinômio: (1) cliente, (2) biblioteca ou centro de informação, e (3) administradores de entidades oficiais ou privadas .

10.3 É justamente este último que deve merecer toda a atenção dos bibliotecários e outros especialistas em informação. É evidente que os bibliotecários e documentalistas falam uma linguagem comum, que os problemas que afetam suas atividades são de todos amplamente conhecidos, e que não faltam esforços individuais ou associativos visando a uma solução a curto, médio ou longo prazo.

10.4 Todavia, são os administradores de órgãos oficiais, universidades e demais entidades públicas ou particulares, que deveriam ser instruídos acerca do valor da biblioteca e da importância dos serviços que ela presta ou poderia prestar à coletividade.

10.5 Em livro no qual aborda a questão das bibliotecas universitárias nos países em desenvolvimento, Gelfand¹⁶ diz que suas palavras são dirigidas não apenas aos bibliotecários, mas também aos professores, administradores de universidades e representantes do Governo, para que se inteirem melhor acerca dos problemas das bibliotecas, e em reconhecimento pelo seu interesse no desenvolvimento das bibliotecas universitárias pelas quais são responsáveis.

10.6 Precisamos não só de literatura análoga, em larga escala, como também da promoção de seminários, mesas redondas e encontros freqüentes que permitam o diálogo entre os bibliotecários e os administradores de universidades ou de órgãos governamentais ou privados que tenham sob o seu controle financeiro e administrativo as bibliotecas e outros serviços de informação.

10.7 Só assim a biblioteca universitária poderá ocupar a posição de relevo que lhe cabe na esfera do Controle Bibliográfico Universal e funcionar como verdadeiro centro propulsor de informações que alcancem e beneficiem todos os seus utentes — meta primordial de suas atividades .

Abstract

E/X ;Cunha, Maria Luiza Monteiro

University libraires are the indispensable support for the Universal Bibliographic Control. Related subjects are also introduced, such as multimedia, cataloging, cooperation, cataloging — in — publication, union catalogs, selection and acquisition equipment, national and international systems of information. Importance of government support and other ways to reach objectives set by UBC.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CUNHA, Maria Luisa Monteiro da — Bibliotecas universitárias: algumas considerações acerca da situação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 7.º, Belém, Pará, 1973. 42p.
2. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO — Bibliotecas da Universidade de São Paulo; informe estatístico pormenorizado acerca de todas as bibliotecas da USP. São Paulo, 1961. 28p.
3. FUSSLER, Herman H. — A report of a general survey of the libraries of the University of São Paulo. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1961.
4. PFROMM NETTO, Samuel — A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. In: SEMINÁRIO PARA ESTUDO DOS PROBLEMAS DE ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. Brasília. 1974. 14p.

5. MOURA, Washington José de Almeida — Depoimento pessoal.
6. PFROMN NETO — Op. cit.
7. PFROMN NETO — Op. cit.
8. LIBRARY ASSOCIATION. Media Cataloguing Rules; Committee, Londres. Non-book materials cataloguing rules: integrated code of practice and draft revision of the Anglo-American cataloguing rules, British text, part III. Londres, National Council for Educational Technology: Library Association. 1973. 129p. (Worknig paper n.º 11)
9. LIBRARY ASSOCIATION, Media Cataloguing Rules Committee, Londres — Op. cit.
10. MCCARTHY, S.A. — Bibliographic control in university libraries in the United States. In: CONGRÈS DE FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES ASSOCIATIONS DE BIBLIOTHÉCAIRES, 39.º, Grenoble, 1973. 5p.
11. McCARTHY, S. A. — Op. cit.
12. BARBOSA, Alice Príncipe — Projeto CALCO: catalogação cooperativa automatizada. Rio de Janeiro, IBBD, 1973. 130. 47, 22p.
13. LIBRARY TECHNOLOGY REPORTS: a service to provide information on library systems, equipment and supplies to the Library Technology Program, 1965.
14. DIETZE, J. — The function of a university library in the bibliographical sphere. In: CONGRÈS DE LA FÉDÉRATION INTERNACIONALE DES ASSOCIATIONS DE BIBLIOTHÉCAIRES, 39.º, Grenoble, 1973. 10p.
15. MEYRIAT, Jean — Sur la possibilité d'étendre aux sciences sociales le programme de l'UNISIST: quelques réflexions présentées par Jean Meyriat — ... In: CONGRÈS DE LA FÉDÉRATION INTERNACIONALE DES ASSOCIATIONS DE BIBLIOTHÉCAIRES, 39.º, Grenoble, 1973. 12p.
16. GELFAND, M.A. — University libraries for developing countries. Paris, Unesco, 1968. 157p. ilcs. (UNESCO manuales for libraries, 14)